

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL NO PIAUÍ DE 2019 A 2022

Ana Carolina Pinto Marques ¹

Samara de Oliveira Silva²

INTRODUÇÃO

Este relato de pesquisa em educação apresenta dados parciais do projeto de Iniciação Científica desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, sobre a temática da Formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais nas redes de ensino do Piauí de 2019 a 2022. Possui relevância social e acadêmica por contribuir com a divulgação do saber no campo Política Pública Educacional, e implica em apresentar as produções da área em perspectiva de avaliação, a partir do levantamento dos dados educacionais e produções para a construção de um banco de informações para compor o observatório da Política Educacional Piauiense. As produções levantadas por meio de artigos publicados sobre as políticas educacionais sinalizam para a necessidade de a educação pública ter melhores condições, que propiciem as melhorias materiais na educação, para que esta seja assegurada como um direito.

O estudo constitui um projeto de pesquisa em andamento que analisa as políticas educacionais do Estado do Piauí formuladas pelas três esferas de governo: União, Estado e Município. Proteção do direito à educação. Embora existam, essas políticas não são efetivas no que diz respeito à seguridade da educação pública, acessível e de qualidade, submetendo o povo brasileiro a políticas que negam o direito à educação garantida pela Constituição Federal e legislação complementar de diálogo mútuo.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Financiamento da Educação. Federalismo.

METODOLOGIA

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, orientanda de Trabalho de Conclusão de Curso e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC da UESPI – E-mail: anacmarques@aluno.uespi.br.

¹ Professora orientadora e coautora – Samara de Oliveira Silva; Doutora em Educação, Curso de Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba- Piauí, samara@phb.uespi.br.

O estudo da temática consiste em pesquisa qualitativa de cunho documental sobre a temática, o que inclui a abordagem integrada de técnicas quantitativas e qualitativas na coleta, sistematização e análise dos dados. Considera-se a complementaridade desses tipos de pesquisa, para o estudo multifacetado educacional, por ser uma abordagem que permitir-nos obter dados aprofundados do objeto de estudo.

A “abordagem da pesquisa qualitativa exige que o mundo seja examinado com ideia de que nada é trivial que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.49). A abordagem quantitativa, embora tenha “suas raízes no pensamento positivista lógico, que tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (SILVEIRA; CÓRDONA, 2009, p.33).

No curso de sua ação, o projeto realiza atividades complementares à pesquisa quanto ao Piauí e as Políticas Educacionais que lhe são destinados 2015-2022. A primeira fase envolveu uma revisão bibliográfica dos principais aspectos da política educacional (planos, programas e ações), documentos e leis relacionados à expansão estadual da oferta educacional e à divisão de responsabilidades pela educação no cenário nacional pós-constitucional.

O objetivo da atividade foi compreender, de forma abrangente e contextualizada, os elementos complementares que podem subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, bem como os efeitos e impactos federativos sobre suas ações e serviços, como a oferta nos municípios examinando os efeitos negativos da garantia nas condições para a qualidade do ensino no Piauí.

O levantamento documental foi desenvolvido considerando o estudo da bibliografia produzida nos últimos anos, os dados coletados foram sistematizados em uma tabela descritiva de categorização dos dados. Está disposta em uma divisão que contempla quatro seções de A D. Foram categorizados por quatro títulos sendo eles: Autores, Revista, Ano, Palavras-chaves e Resumos. Inicialmente preenchidas pelo referencial teórico obtido pelo projeto de extensão de forma geral, sem filtragem, organizados por ordem decrescente de ano de publicação.

Logo foram iniciadas as pesquisas no site Brasil Scientific Electronic Library Online • Lista de periódicos • SCIELO Press Releases. (SCIELO), pesquisa dirigida por palavras chaves do tema da pesquisa, para todos os trabalhos, artigos e teses de doutorado, relacionados ao objeto de estudo. Inicialmente foram usadas as palavras chave com o título do projeto de pesquisa: “formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais nas redes de ensino de 2015 a 2022”, cujo resultado foi zero, logo para uma nova pesquisa foram reduzidos

o tema para “Implementação e avaliação das políticas educacionais” com resultado de 30 trabalhos entre artigos, e capítulos de livro sem filtragem.

Com os resultados obtidos foram aplicados filtros com o intuito de aproximar ainda mais o dado da pesquisa ao tema estudado, a pesquisa foi realizada com o mesmo tema “formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais nas redes de ensino de 2015 a 2022” usado anteriormente, porém com a aplicação de filtros que categorizavam os trabalhos por ano, coleção, periódicos, idioma, sendo Anos: de 2015 a 2022, Coleção: Todos, Periódicos: Todos, Idioma: Português. Desta foram obtidos 11 trabalhos, sendo artigos, teses de doutorado, e capítulos de livros, finalizando o processo de pesquisa e filtragem dos referenciais teórico da pesquisa.

REFERENCIAL TEORICO

Nesse sentido, a Carta Magna de 1988 estipula que o direito à educação não é apenas garantia de acesso e acesso sustentado à educação básica, mas também de padrões de qualidade, como um dos princípios da estrutura educacional (art. 206, VII). Nesse contexto, o desafio da pesquisa é aprofundar a análise da qualidade da educação pública e o desenvolvimento de políticas educacionais que assegurem os direitos de todos. Não só ao nível legal dos direitos e deveres no ensino público, mas também na formulação, implementação e avaliação das políticas de ensino complementar e suplementar.

Este projeto de pesquisa tem como foco o levantamento das políticas educacionais formuladas pelas três grandes secretarias de governo do País que estão divididas entre a união, estados e municípios, e assim investiga as políticas educacionais implementadas no estado do Piauí, no que diz respeito à garantia do direito à educação, buscando responder questões com foco em como tais políticas tem contribuído para expandir ou limitar o direito da nação à educação.

O artigo 6º da Constituição de 1988 define a educação como um direito social, estabelece o direito à educação nos artigos 205 e 208 e estabelece a União, os estados e os municípios e seus respectivos sistemas de ensino e cooperação no artigo 2.011 Competência institucional (Brasil, 1988). Além disso, tendo em vista a aprovação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) de forma colaborativa, porém, apesar de sua implementação e aprovação, seu plano não é suficiente para cumprir com o que foi traçado nas metas e objetivos, que incluem: erradicação do

analfabetismo, universalização da matrícula, superação das desigualdades educacionais, e outros. (Brasil, 2014).

O principal programa educacional tem prazo de dez anos, e sua implementação deve transcender qualquer gestão governamental. O PNE deve ser um programa nacional brasileiro que garanta o direito à educação, embora sua aprovação não garanta a efetivação do direito à educação. Isso requer fiscalização e controle por parte da comunidade educativa e da sociedade, e ainda requer observação, busca monitoramento e avaliação por meio de ações prescritas pelo atual PNE (2014-2024). Daí a necessidade de participação e produção social, que por sua vez podem e devem garantir as condições de execução por meio de ferramentas articuladas por programas que visam organizar níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2014).

Atualmente, no Estado do Piauí, a Rede Estadual e Municipal de Educação está implementando uma política educacional parcialmente independente do Plano Educacional do Estado do Piauí, aprovada em 17 de dezembro de 2016. A Lei nº 6.733 (PEE/PIAUI -2015-2025), aprovado de forma intergovernamental em 2015, caracteriza-se por um processo de cooperação federal no campo da educação e exige assistência técnica na educação básica e no sistema de financiamento do governo federal (Brasil, Ano 2014). Ademais as articulações necessárias entre o governo federal e municípios que colocam em risco o próprio direito à educação, como por exemplo, aqueles que visam ranquear as escolas, militarizar, parcerias público-privadas que inserem perspectivas mercadológicas no ensino, avaliações em larga escala desde o infantil e outros (SILVA, SOARES, VASCONCELOS, 2010).

Os estudos localizados por meio de artigos de resultados de pesquisa apontam para o desenvolvimento de ações que restringem o direito a educação mediante as políticas que minimizam o papel do estado em sua efetivação. Desenvolvendo uma análise crítica em defesa do direito à educação, requerer para a urgência de se investigar o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais nas redes de ensino, sobretudo as desenvolvidas no estado do Piauí. Outras produções versam sobre os programas e projetos voltados para analisar a configuração do atendimento e as estratégias de oferta educacionais utilizadas pelo poder público nas redes de ensino do Piauí (SILVA, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa desenvolvida é documental e tem como fontes de dados marcos e programas normativos, como planos e projetos de política educacional nos âmbitos nacional, estadual e municipal, levantamentos de dados censitários fornecidos por órgãos oficiais e produção

bibliográfica sobre o tema da pesquisa. Emprega também uma análise da legislação educacional, documentos governamentais e oficiais produzidos e divulgados pelo setor educacional.

Todos os arquivos resultantes da pesquisa foram baixados e agrupados em uma pasta, os dados dos mesmos foram computadorizados na planilha de dados já existente finalizando o planejamento e agrupamento do referencial teórico. A pesquisa mostrou que para os anos de 2015 a 2022 apenas o ano de 2019 não possui nenhum trabalho, artigo, tese, ou capítulo de livro sobre o tema de política pública na educação, apresentando um desfoque da temática no ano. Para os demais trabalhos encontrados nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2020, 2021, 2022 notou-se uma presença mínima de discursões sobre a temática, limitando a 01 ou 02 trabalhos por ano. Houve uma presença notória de temas de pesquisa com o foco no sistema de enfoque federativo, avaliação institucional, direito a educação e federalismo, desigualdade territorial e educação básica de qualidade.

Por fim, como ação contínua de pesquisa, o projeto foi direcionado a fase descritiva dos dados obtidos na fase anterior de organização e coleta do referencial teórico, nesta etapa todos os trabalhos foram lidos, resumidos e categorizados por citações ou partes citadas dos autores no artigo que se relacionam aos objetivos da pesquisa, bem como o monitoramento da política educacional no Piauí, que poderá fomentar políticas educacionais que propiciem condições materiais para que a educação seja de fato um direito, com seguridade a qualidade de oferta na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de vigência do projeto, desenvolveremos as etapas do projeto conforme Cronograma. Todos os achados da pesquisa serão registrados em artigos, com objetivo de produzir artigos acadêmicos a serem apresentados em eventos científicos visando à construção de um campo de pesquisa sobre a política educacional piauiense, assim como municiar o poder público para repensar suas políticas e os representantes da sociedade civil para o seu monitoramento.

Como resultado desta atividade foram analisados todos os trabalhos, estes percorreram sobre a temática de forma a analisar os efeitos que as políticas de financiamento da educação básica (FUNDEF e FUNDEB) tiveram sobre o desenvolvimento econômico de forma regional, sobre a divisão das responsabilidades pelo apoio educacional entre estados e municípios. Que discutem as principais características e os desafios que o país enfrentou e enfrenta na construção

de uma qualidade educacional na escola pública, como também examinam as características únicas dos municípios brasileiros e avaliam as mudanças recentes no perfil de seu apoio educacional.

Com ênfase, de forma notória nos últimos oito anos, que vem sofrendo grandes mudanças, a considerar determinadas preliminares como o pacto federativo, a desigualdade social, as ligações internacionais e a própria noção de educação básica com intuito de contextualizar as políticas de avaliação, focalização, descentralização, desregulamentação e financiamento público e privado da mesma. Como também o processo educacional, considerando a demanda por escolarização, e o trabalho docente qualificado, debates sobre a população que demanda escolas, os trabalhadores docentes e os aspectos da gestão do sistema: relação pública e privada, os problemas da gestão e os desafios do controle social em geral.

Por fim, a pesquisa em seus resultados parciais de forma contínua irá direcionar-se a fase de organização e planejamento do banco de dados, a considerar uma nova categorização dos objetivos de pesquisa por meio de novos critérios quanto à contextualização da temática e sua objetividade no alinhamento dos referenciais a temática principal do projeto em concomitância com a produção de textos, resumos e artigos relacionados ao estudo. Logo toda a atividade realizada e descrita neste estudo encontra-se em um processo de produção textual descritivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 56/2007 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996e. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 02 de abril 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

PIAUÍ. **Lei nº 6.733, de 17 de dezembro de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_pro_c?Cod_norma=3890>. Acesso em: 26 jun. 2017.